



## CRONOGRAMA DO CURSO

### Regularização de Registros Imobiliários Urbanos e Rurais

<b>30.04.21   Aula 1: O papel das Corregedorias na Atividade Extrajudicial (8h às 12)</b>	<b>CH</b>
<p><b>Ementa:</b> Noções gerais sobre a atividade extrajudicial. Recorte constitucional. Regulação das funções notarial e registral: entes fiscalizadores, fiscalizados, órgãos e poderes. Lei de Organização Judiciária (Lei Estadual 10.845/07). Código de Normas e Procedimentos e atribuições: núcleo de arrecadação e fiscalização e núcleo extrajudicial. Atribuições da Corregedoria Geral de Justiça, Corregedoria das Comarcas do Interior, Corregedoria Permanente e do Conselho Nacional de Justiça. Resolução 67/2009-CNJ: regimento e ações. Instrumentos de atuação: pedidos de providência, reclamações disciplinares, sindicâncias, inspeções e correições. Regime disciplinar: Leis Estaduais 10.845/07, 6.766/94 e Lei 12.209/11.</p> <p>Professor: Dr. Pedro Bacelar (BA).</p>	<b>4h</b>
<b>07.05.21   Aula 2: O extrajudicial e o registro de imóveis (8h às 12)</b>	
<p><b>Ementa:</b> Princípios e práticas do sistema extrajudicial. Conceitos e Princípios do Direito Registral. Organização da Atividade Registral. Histórico. Transcrição e matrícula do Registro de Imóveis. Principais aspectos da Lei 6.015/1973 e demais legislação aplicável. As diferentes atribuições.</p> <p>Professor: Dr. Bernardo Chezzi (BA)</p>	<b>4h</b>
<b>14.05.21   Aula 3 - O Conselho Nacional de Justiça e a Corregedoria Nacional: principais provimentos (8h às 12)</b>	
<p><b>Ementa:</b> Provimento 23/2012 (restauração de registros). Provimento 24/2012 (justiça aberta). Provimento 45/2015 (livro diário). Provimento 74/2018 (padrões mínimos de tecnologia da informação). Provimento 76/2018 (periodicidade do recolhimento do valor da renda líquida excedente). Provimento 77/2018 (designação de responsável interino). Provimento 85/2019 (agenda 2030). Provimento 88/2019 (procedimentos de controle). Provimento 39/2014 (CNIB). Provimento 89/2019 (SREI). Recomendação 9/2013 (manutenção de arquivos de segurança). Resolução 80/2009 e Provimento 77/2018 (vacância dos serviços notariais e registrais). Resolução 81/2009 (concursos públicos para as notas e registros). Resolução 20/2006 (vedação de contratação de parentes de magistrados por delegados extrajudiciais). Resolução 110/2010 (fórum de assuntos fundiários).</p>	<b>4h30</b>



<p>Professora: Dr.<sup>a</sup> Karin Regina Rick Rosa (advogada CNB RS) – 3h;</p> <p><b>Convidada: Conselheira CNJ Maria Thereza Uille – 1h30. (Tema: Plataforma SireneJud e Levantamento Estatístico Imobiliário realizado no Oeste da Bahia)</b></p>	
<p><b>21.05.21   Aula 4: Corregedoria Permanente. Reclamações, dúvida e providências. Jurisdição e o registro de imóveis (8h às 12)</b></p> <p><b>Ementa:</b> Atuação do Juiz Corregedor Permanente. Reclamações. Intervenção nos serviços extrajudiciais: hipóteses de cabimento, procedimento e afastamento cautelar. Suscitação de dúvida direta e inversa. Pedido de Providências. Regularização e anulação de registros. Nulidade de pleno direito. Vícios intrínsecos e retificação. Atos judiciais e o registro de imóveis: especialidade, continuidade e disponibilidade em títulos judiciais. Títulos Judiciais X Ordens Judiciais.</p> <p>Professores: Des. Luis Paulo Aliende Ribeiro (TJ-SP) – 2h; Des. Vicente Amadei (TJ-SP) – 2h; Bernardo Chezzi (Advogado, BA) – 1h.</p>	<p><b>5h</b></p>
<p><b>28.05.21   Aula 5: Imóvel Rural e Tópicos de Direito Agrário, Direito Ambiental e Direito Registral Imobiliário (8h às 12)</b></p> <p><b>Ementa:</b> Conceito de imóvel rural. Critérios da destinação e da localização. Cadastros Rurais: análise e valor probatório. Certidões do registro imobiliário. Obrigações ambientais <i>propter rem</i>. Retificação/georreferenciamento de imóvel rural. Diretrizes para análise de trabalhos topográficos. Lei de Terras. Lei de Terras Estadual. Atribuições de órgãos fundiários. Sobreposição dominial. Tutela do patrimônio público.</p> <p>Professor: Delegatário Jean Mallmann (BA)</p>	<p><b>4h</b></p>
<p><b>01.06.21   Aula 6: Imóvel rural e a atividade jurisdicional (8h às 12)</b></p> <p><b>Ementa:</b> Ações demarcatórias. Juízo petitório e possessório. Usucapião. Grilagem de terras. Inspeções Judiciais. Mediação e conciliação em conflitos fundiários. Desapropriação. Servidão. Retificação nas vias ordinárias. Regularização Fundiária pela via judicial.</p> <p>Professor: Juiz Heliomar Rios Ferreira (TJPI)</p>	<p><b>4h</b></p>
<p><b>11.06.21   Aula 7 – Regularização fundiária urbana (8h às 12)</b></p> <p><b>Ementa:</b> Noções de REURB. Espécies. Procedimento administrativo.</p>	<p><b>4h</b></p>



<p>Legitimados. Formas de titulação. Legitimação Fundiária. Compreensão atual da Posse em perspectiva “funcional”. Aplicação Prática. Polêmicas em torno da noção de “Justo Título”. Direito Real de Laje. Concessão de Direito Real de Uso. Atuação interinstitucional entre Poder Judiciário, Ministério Público, Registros imobiliários e sociedade civil. Regularização fundiária pela via judicial.</p> <p>Professores: Ana Cristina Maia (registradora, CORI-MG) – 2h; (<b>Tema:</b> Noções de REURB. Espécies. Procedimento administrativo. Legitimados. Formas de titulação. Legitimação Fundiária. Concessão de Direito Real de Uso. Atuação interinstitucional entre Poder Judiciário, Ministério Público, Registros imobiliários e sociedade civil. Regularização fundiária pela via judicial.) Juiz Pablo Stolze Gagliano (TJBA) – 2h. (<b>Tema:</b> Compreensão atual da Posse em perspectiva “funcional”. Aplicação Prática. Polêmicas em torno da noção de “Justo Título”. Direito Real de Laje.)</p>	
<p><b>18.06.21   Aula 8 – Regularização fundiária rural (8h às 12)</b></p>	
<p><b>Ementa:</b> Noções de Regularização Fundiária Rural. Espécies. Procedimento administrativo. Formas de titulação pela União e Estado da Bahia. Papel da Coordenação de Desenvolvimento Agrário. Demarcação administrativa. Terras devolutas. Atuação interinstitucional entre Poder Judiciário, Ministério Público, Registros imobiliários e sociedade civil. Regularização fundiária pela via judicial.</p> <p>Professores: Dra. Bárbara Carmadelli (PJE-BA) – 2h; Juiz Heliomar Rios Ferreira (TJPI) – 2h; Victor Moura do Amaral Fernandes (Coordenador CDA BA) – 2h.</p>	<p><b>6h</b></p>
<p><b>CARGA HORÁRIA TOTAL</b></p>	<p><b>35H30</b></p>